

O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E FORMA RECONHECÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DESSAS APROXIMAÇÕES

Fabiano Cataldo de Azevedo
RGPL

RESUMO

Pretende-se compreender o Gabinete Português de Leitura (GPL) do Rio de Janeiro dentro de uma perspectiva histórico-política que trará como consequência a sua legitimação como espaço de cultura lusa por antonomásia. Busca-se delinear em linhas gerais como língua e literatura portuguesa, tidas como instituições, foram apropriadas pelo GPL como elementos na construção de uma instituição identitária portuguesa em solo brasileiro. Como suporte teórico-metodológico far-se-á uma abordagem em três linhas: a primeira tem por foco entender o GPL como instituição a partir de Douglas (1997), dessa autora também se apropria o conceito de “forma reconhecível”. A segunda linha trará à discussão as ponderações de Namer (1987) ao analisar as escolhas dos livros que compõem uma biblioteca como construção de memória e, por fim, pretende-se categorizar o acervo do GPL como um lugar de memória tendo como base a ideia de Nora (1993).

PALAVRAS-CHAVE:

Lugares de memória; Instituição; Forma reconhecível; Gabinete Português de Leitura; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Objectives to understand the Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro in a historical-political perspective that will bring as a consequence its legitimacy as a space for its culture par excellence. Seeking to understand how language and Portuguese literature, taken as institutions were appropriate under the GPL as elements in building an institution of identity Portuguese on Brazil. The theoretical-methodological support will be an approach in three lines: the first has focused on understanding the GPL as an institution according Douglas (1997), from this author also appropriates the concept of recognizable form. The second line will bring increasing discussion of the weights Namer (1987) by analyzing the choices of books that make up the construction of a library as memory and finally, we intend to categorize the collection of the GPL as a place of memory based on Nora (1993) ideia.

KEYWORDS:

Place of memory; Institution; Recognizable form; Gabinete Português de Leitura; Rio de Janeiro.

Introdução

Esta casa mostrará também que aqueles que a fundaram não desaprenderam, com a emigração, de amar a gloria litteraria do seu berço, a obra dos seus escriptores, e a heroica sonoridade da sua lingua, flôr do Lacio, dourada pelos reflexos do Mediterraneo, perfumada pelas essencias embalsamadas da Arabia, lingua cantante, espumosa e rubra, que os primeiros colonos portuguezes transplantaram para o fecundo solo da America, e através da qual a litteratura e a poesia brasileira fizeram passar um novo alento de força e de graça, como um vago murmurio de palmeiras, debaixo das quaes, no amendoal em flôr, gorgieiam os sabiás e palpitam ao sol os colibris (Ortigão, 1888, p. 20-21)¹.

A citação com a qual abrimos esse artigo, apesar de fora do nosso recorte cronológico, representa a maneira como a Instituição ainda era percebida, passados cinquenta anos de sua fundação. O texto é um recorte no discurso que o literato Ramalho Ortigão fez no dia da inauguração do prédio neomanuelino do Gabinete Português de Leitura (GPL)² – nosso objeto de estudo – a 10 de setembro de 1887.

A memória da formação da língua e literatura portuguesa ganha destaque nessas palavras. É nosso pressuposto que ambos são elementos centrais que formaram identitariamente a Instituição.

Consideramos que é possível perceber a constituição e consolidação deste projeto de consolidação do caráter identitário da cultura portuguesa na formação do acervo, no apoio à criação de outras instituições luso-brasileiras e na construção de um prédio que consolidava as ideias de manutenção de memória lusitana.

Acreditados que isso só foi possível a partir da intencionalidade do grupo fundador diante das motivações políticas que os fizeram emigrar para o Rio de Janeiro, assim como pelas influências ideológicas iluministas que receberam, sobretudo na Universidade de Coimbra. Para compreender essa Instituição há que considerar essa perspectiva histórico-política que trará como consequência a sua legitimação como espaço de cultura lusa por antonomásia.

Nosso objetivo nesse artigo é delinear em linhas gerais como língua e literatura portuguesa, tidas como instituições, foram apropriadas pelo GPL como elementos na construção de uma instituição identitária portuguesa em solo brasileiro³.

1 Não obstante essa citação fazer parte de um texto cuja data ultrapassa o recorte cronológico de nossa investigação, julgamos necessária para mostrar como a segunda geração do Gabinete Português de Leitura (GPL) percebia a Instituição. E isso, para nós, é fruto das estratégias empreendidas para forjar o caráter identitário e manter a memória cultural e social portuguesa vivas.

2 Foi por um decreto de 12 de setembro de 1906 que o rei dom Carlos I concedeu o título de “Real” à Instituição. Por coerência ao período delimitado para a pesquisa, na redação desse artigo utilizaremos apenas Gabinete Português de Leitura (GPL).

3 Essas questões suscitam hipóteses ainda por responder em outra investigação: seria possível manter essa identidade cultural, ou melhor, seria possível manter a “força desse elo umbilical” (Hall, 2003) mesmo fora de sua terra de origem?

Para isso, lançaremos mão de uma abordagem em três linhas: a primeira ter por foco entender o GPL como instituição a partir de Mary Douglas (1997), dessa autora também nos apropriaremos do conceito de “forma reconhecível”. A segunda linha trará à discussão as ponderações de Gerard Namer (1987) ao analisar as escolhas dos livros que compõem uma biblioteca como construção de memória e, por fim, pretendemos categorizar o acervo do GPL como um lugar de memória tendo como base a ideia de Nora (1993).

Aliada a essa linha metodológica, nossa abordagem também terá como arcabouço teórico a Análise do Discurso de vertente francesa (AD). Os conceitos de interdiscurso, “memória discursiva” (Pêcheux, 2008) e intradiscurso (Orlandi, 2010) permearam a leitura nos textos que compõem nosso *corpus*.

O *corpus* de análise

Aqui pretendemos apenas identificar e justificar um *corpus* que nos permitirá mapear os processos discursivos de construção da identidade portuguesa no GPL e trabalhar com as três linhas metodológicas apontadas acima.

Para Mariani (2001, p. 101) o *corpus* é entendido como “dispositivo de arquivo”, que ela compreende, a partir de Pêcheux e Foucault, como “um conjunto heterogêneo de monumentos textuais de uma época, considerada em termos do seu funcionamento discursivo”.

Orlandi (2010, p. 63) afirma que “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas”. Ademais, “em grande medida o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista”.

A leitura prévia dos documentos discursivos nos possibilitou estabelecer o pressuposto de que os monumentos textuais selecionados serão fundamentais para a compreensão do dito em relação ao não dito nos demais documentos do *corpus*.

No bojo do recorte cronológico de nossa pesquisa, que compreende o período de 1837 a 1887, há três marcos fundamentais no histórico do GPL. O primeiro diz respeito à fundação da instituição a 14 de maio de 1837, representando a gênese; o segundo refere-se ao ano de 1880, ao longo do qual foi comemorado o “Tricentenário da Morte de Luís de Camões, efeméride que projetou toda a influência no GPL no âmbito luso-brasileiro e teve como ápice o dia 10 de junho com o lançamento da pedra fundamental do edifício manuelino pelo próprio D. Pedro II” e, finalmente, o terceiro, situando-se em 10 de setembro de 1887⁴ com inauguração do atual prédio sede, representando o momento

⁴ Nosso *corpus* documental dá conta de dois marcos; o terceiro marco será problematizar a partir da questão do espaço, o que ainda está em construção na pesquisa.

de afirmação e início da consolidação da identidade do GPL com o lugar de memória portuguesa no Rio de Janeiro por antonomásia.

O ponto de vista do analista é primordial para compreender o estabelecimento do *corpus*. Permeando as fases apontadas acima, há um conjunto de documentos que refletem uma produção discursiva de portugueses que formaram a instituição.

M. Pêcheux (1975 apud Orlandi, 2010) afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Essa ideia foi de extrema relevância na escolha que fizemos ao constituirmos o *corpus*.

Para conceber uma interpretação analítica estabelecemos recortes no *corpus* e selecionamos monumentos textuais que possuem representatividade simbólica expressiva. Nesses documentos procuraremos localizar enunciados discursivos que constroem a identidade do GPL e estão impregnados de ideologias.

Desta maneira, com base no que dissemos até aqui, estabelecemos como *corpus* da pesquisa os seguintes documentos:

GPL 1⁵

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento* [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.

GPL 2

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837.

GPL 3

MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenário do Poeta da Nacionalidade Portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro).

Tratando das condições de produção que constitui um discurso, Orlandi (2010, p. 39) afirma que “não há discurso que não se relacione com outros”. Nessa seara,

⁵ A partir de agora vamos nos referir a esses documentos utilizando esses códigos, a exemplo que fez Mariani (2001).

os documentos acima representam um recorte e em torno deles gravitam outros. Não seria possível percebermos a memória discursiva e as redes de sentidos das formações discursivas sem a compreensão dos demais monumentos textuais, representados no quadro a seguir:

Impressas	Manuscritas
Catálogo da Biblioteca (1840)	<i>Actas da Sessão da Diretoria</i> (1837-1847)
Catálogo da Biblioteca (1844)	<i>Actas da Assembleia Geral</i> (1837-1860)
Catálogo da Biblioteca (1846)	<i>Relação das obras fora do Gabinete...</i> (1846)
Relatório do GPL (1837)	<i>Obras que se achão fóra com bilhetes...</i> (1842)
Estatutos (1841)	<i>Relação das obras fora do Gabinete com recibos dos Snr^s Socios e Subscriptores...</i> (1845)
Estatutos (1844)	<i>Relação das obras faltas na entrega</i> (1845)

Quadro 1. *Corpus* de pesquisa.
Fonte: O autor.

Os três documentos textuais destacados como *corpus* de pesquisa justificam-se a partir do conceito de “memória discursiva” (Pêcheux, 2008). Para um discurso fazer sentido temos que estabelecer uma rede de significados que se situam além de uma determinada formação discursiva⁶.

Orlandi (2003, p. 26 apud Mendonça, 2010, p. 26) afirma que o discurso “é um efeito de sentidos entre interlocutores”. Dessa maneira a relação de GPL 1 e GPL 3 pode ser compreendida por representarem documentos que se situam entre dois momentos significativos que ligam o passado com o presente (Halbachs, 2006).

Estabelecidos a base teórico-metodológico e nosso *corpus*, passemos a seguir a delinear nossos argumentos.

A Instituição

A antropóloga Mary Douglas, no seu livro *Como pensam as instituições*, a partir de quadros referencias em Émile Durkheim e Ludwick Fleck, pondera que para

6 A formação discursiva é definida como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2010, p. 43).

ser chamado de sociedade é preciso que “entre os membros exista algum pensamento e algum sentimento que se assemelhem” (Douglas, 1998, p. 23).

Conforme as descrições de critérios percorridos por Schapochnik (1999), podemos categorizar o GPL como uma biblioteca associativa. Esse tipo de biblioteca caracteriza-se por ser um espaço no qual indivíduos com interesses em comum, sejam eles políticos e culturais, se reúnem formando um grupo.

No caso das bibliotecas associativas criadas no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, havia uma particularidade interessante. Algumas delas, como a *British Subscription Library* e a *Gessellschaft Germania*, possuíam ainda a necessidade de estabelecer e fortalecer a identidade do idioma. Elas municiavam com publicação e com espaços de sociabilidade os cidadãos falantes dessas línguas que aqui viviam.

O GPL também seguia essa mesma ideia. Não obstante a semelhança com o idioma, não se pode esquecer que a instituição foi fundada poucos anos após a Independência do Brasil. Assim, havia, sobretudo na corte do Rio de Janeiro, um forte sentimento antilusitano que queria apagar todos os arquétipos que ligavam a Portugal – incluindo o idioma.

Além pensar o conceito instituição, não podemos olvidar o conceito de grupo, pois esses formam a instituição. Esse conceito é bastante pertinente para nosso objeto de estudo, pois conforme Bosino (1999, p. 124) “o grupo é por vezes considerado como um tipo particular, embora mais pequeno, de colectividade, com certos laços de solidariedade, muitas vezes implícitos, mais ou menos fortes [...]”. Essa ideia fica bastante clara ao recuperarmos a história da fundação do GPL.

Na tarde de 14 de maio de 1837, “pessoas das diversas classes da emigração portuguesa” (Montóro, 1888, p. 402) dirigiram-se para o sobrado n. 20 da rua Direita (hoje Primeiro de Março), casa do advogado português António José Coelho Lousada. A sessão foi presidida pelo conselheiro João Baptista Moreira, na época cônsul-geral de Portugal. Para que isso acontecesse, os maiores esforços para criação da primeira organização portuguesa no Brasil após a Independência foram dos emigrantes José Marcelino Cabral e Eduardo Alves Viana.

Há circunstâncias da vinda desses portugueses para o Brasil que influem na fundação do GPL, sobre a qual cabem aqui algumas informações. Com a morte de D. João VI em março de 1826 a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I. Contudo, este como imperador do Brasil, não poderia ser rei em Portugal. Assim, envia sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grão-Pará, para assumir o trono. Contudo, D. Miguel, tio dela, empreendeu uma luta para lhe usurpar o trono. De 1826 a 1834, Portugal viveu a denominada Campanhas da Liberdade, que fragmentaram a sociedade portuguesa. Foi um período de luta sangrenta e perseguições.

Assim, “fugidos às perseguições miguelistas, muitos homens que haviam combatido pelos novos princípios da liberdade” (Dias, 1927, p. 6) emigraram para o Rio de Janeiro. Nesse grupo estavam José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana. O primeiro era advogado e chegara ao Brasil com 30 anos, em 1828, e aqui viera encontrar “Antônio José Coelho Louzada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados portugueses de boa nomeada que o haviam precedido na emigração” (Barros Martins, 1901, p. 12). De Eduardo Viana não restam muitos detalhes biográficos; sabe-se apenas que era comerciante estabelecido na rua do Ouvidor.

Após a criação na rua Direita, n. 20, o Gabinete teve sua primeira sede numa casa alugada, à rua São Pedro, n. 83. A primeira sessão com os acionistas ocorreu em 10 de setembro de 1837. Na época o Gabinete abria as portas às 10 horas da manhã e fechava às 12 horas, retornava às 16 horas e seguia até às 20 horas. Aos domingos e dias santos funcionava das 16 horas às 20 horas. Esse foi um período de grande movimento para a composição do acervo. Martins sugere que o progresso do GPL pode ser atestado pela publicação do seu primeiro catálogo em 1840. O espaço desse prédio não deveria ser tão pequeno, pois que, em 18 de outubro de 1840, uma das salas foi cedida para a Sociedade Portuguesa de Beneficência realizar suas sessões, mas, de certo, não grande o bastante para abrigar o acervo que crescia. Em 1838, possivelmente em razão disso, houve movimentos para alugar outro imóvel. Primeiramente a diretoria negociou o aluguel de uma casa à rua da Alfândega, n. 29; contudo o negócio malogrou. Um ano depois, novas negociações, desta vez para imóvel localizado à rua do Ouvidor – pela ausência de comentários nas Atas o resultado foi idêntico ao anterior. Em 25 de novembro de 1839, a diretoria autoriza as negociações para alugar uma casa na rua da Quitanda com semelhante insucesso. Em 1841, começa a negociação para compra – e não mais aluguel – de um imóvel na rua da Alfândega. O fato é que, provavelmente em meados do primeiro semestre de 1842, o GPL muda-se para o n. 55 daquela rua. Nesse endereço havia funcionado a tipografia do jornal *O Despertador*, de propriedade de José Marcelino da Rocha Cabral.

Com um acervo de 14 mil volumes, impelidos pela necessidade de expansão para os livros e para admissão de novos sócios, o Gabinete muda-se em abril de 1850 para o n. 50 da rua dos Beneditinos. De lá até o atual prédio em estilo manuelino da rua Luís de Camões, inaugurado em 10 de setembro de 1887, a história do Gabinete é composta por fatos que enaltecem ainda mais a capacidade administrativa dos nobres varões que o criaram, pois foi do intenso e intensivo trabalho levado a termo nos dez primeiros anos que resultou toda uma linha de ação que pode ser observada nas décadas que se seguiram.

Sob uma abordagem na sociologia, Durkheim (1893, p. 25) estabelece a tese clássica, segundo a qual:

Du moment que, au sein d'une société politique, un certain nombre d'individus se trouvent avoir en commun des idées, des intérêts, des sentiments, des occupations que le reste de la population ne partage pas avec eux, il est inévitable que, sous l'influence de ces similitudes, ils soient attirés les uns vers les autres, qu'ils se recherchent, entrent en relations, s'associent, et qu'ainsi se forme peu à peu un groupe restreint, ayant sa physionomie spéciale, au sein de la société générale.

O grupo fundador do GPL não foi formado de maneira aleatória, havia nele um forte elemento de aglutinação associado à política e a um tipo de resistência cultural – se é que podemos utilizar esse conceito sem incorrer em anacronismos. Percebemos nesse grupo certa dinâmica da “diáspora”, ou seja, como exilados voluntários numa sociedade ainda de corte e absolutamente contrária à memória colonialista sentiram a necessidade de não formar um grupo coeso para que se sentissem mais forte.

O Gabinete foi “iniciativa de portugueses liberais, homens modernos, recém-emigrados, que se instalavam numa sociedade em transformação, grupo composto de comerciantes e bacharéis de Direito na sua maioria. O escritor português Carlos Malheiro Dias em discurso proferido na sessão comemorativa do 347º aniversário da morte de Camões corrobora a afirmação da autora, relatando que se destacava, “[...] entre os muitos emigrados que os navios à vela transportavam para o Rio de Janeiro, um grupo de antigos escolares de Coimbra, bacharéis em Direito, homens das Leis [...]” (Dias, 1927, p. 6).

Ao falarmos de “grupo fundador” pode ficar uma ideia de que havia uma homogeneidade. Muito pelo contrário, ao grupo que teve a iniciativa de fundar o GPL juntaram-se outros portugueses que já viviam no Rio de Janeiro e que não tinham a mesma formação intelectual que seus confrades. Alguns discordavam da ênfase em aspectos culturais.

Oliveira (2002, p. 33) pondera que “o desejo de pertencimento, por si só, não é suficiente para garantir a adesão e coesão de um grupo”. Não obstante, buscavam o grupo como maneira de fortalecerem-se através de um deslocamento do individual para o social (Bosino, 1999).

Esses portugueses que fundaram o GPL eram membros de uma diáspora, bem diferente da geração anterior e da leva que seguiu a partir dos anos de 1840⁷. Como tais precisavam se aglutinar para se fortalecer.

Notamos que no documento GPL 1 essa ideia era tão presente que em dado momento do discurso o autor se refere às dificuldades que a Instituição passou e que poderá passar. Para o autor, a superação das dificuldades “se tornão faceis aos esforços

⁷ Em 2004, quando começamos a pesquisar o GPL após um exaustivo levantamento bibliográfico, verificamos a quase absoluta escassez de pesquisas sobre o fluxo migratório no período pós-golpe de Dom Miguel, ou seja, anos 1820 e 1830. Pouco houve interesse no mundo luso-brasileiro de perquirir as fontes que tratam da vinda de uma geração de portugueses que fogem do perfil social que se concebe ao emigrante luso. Um dos poucos trabalhos que tratam do tema sob alguns pontos de vista é ALVES, Jorge Fernandes. Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 289-313, 1999.

combinados de muitos homens”. E continuando o discurso: “Esta observação, trouxe o convencimento, de que a proposição, *a união faz a força*, he uma verdade evidente, tanto na ordem phisica, como na ordem moral”.

De acordo com Mary Douglas (1997, p. 116):

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável.

Ao construir e forjar uma identidade o GPL controlou essas estratégias para parte do grupo que estava dissonante e para os que habitavam fora do grupo. Com isso fica claro que não se pode analisar essa Instituição como um bloco homogêneo, nela os discursos identitários foram se formando mesmo entre o grupo.

Esse mesmo grupo buscou sobre formas rígidas a coesão a fim de manter a identidade lusa. Bosino considera que

Quanto mais estruturado é o grupo mais rígidas são as normas; quanto mais cooperativo mais as normas são voluntariamente respeitadas e seguidas; quanto mais destituído de normas mais a consciência grupal é inexistente (1999, p. 133).

Alicerçados em normas rígidas, precisavam manter a identidade lusa, por exemplo, para pertencer ao grupo da Instituição o regulamento previa certas restrições. De acordo com os Estatutos do Gabinete de 1841, o acionista poderia requerer a ação por si ou ser apresentado por outro. Era condição *sine qua non* ser português e deveria pagar a quantia de “3\$000 rs. por semestre, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno” (GPL, 1841, p. 5). Já os subscritores poderiam ser “pessoas de um e outro sexo, e de qualquer nacionalidade”. Para ser admitido como membro da Instituição necessitava ser proposto por um acionista e aprovado pela Diretoria e poderiam subscrever “por três, seis, ou doze mezes, pagando no 1º caso 4\$000rs, no 2º 7\$000 e no 3º 12\$000rs adiantados” (GPL, 1841, p. 15). Ambos deveriam “sêr bem morigerado e de occupação honesta” e estava facultado o acesso aos livros da biblioteca e a leitura de periódicos. Note-se que o valor pago pelo acionista é inferior ao do subscritor, contudo o primeiro tinha o dever de “tomar e possuir uma ou mais acções, pagando seu valor como a Directoria determinar” (GPL, 1841, p. 15) – ainda segundo o mesmo Estatuto.

Essas normas rígidas também foram essenciais para a consolidação do caráter identitário do GPL. Das estratégias para esse objetivo recortamos para análise a formação do acervo. Se as “instituições conferem uniformidade” (Douglas, 1998, p. 71), as

escolhas que conduziram a aquisição dos livros que comporiam o acervo também foram determinantes para estabelecer uma identidade a essa Instituição.

A despeito de Douglas (1998) ao afirmar que as instituições não têm opinião própria, pressupomos que no estabelecimento de critério de seleção do acervo foi marcada uma forma do GPL se posicionar como instituição promotora da memória coletiva (Halbwachs, 2006) portuguesa no Brasil.

O acervo como elemento identitário

[...] na escolha dos livros, deu-se a precedência em numero, e por consequencia no emprego do capital as obras portuguezas, como vos deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encomenda: entendemos assim dever obrar, tanto por ser hum fim especial da Associação, - colligir as obras e manuscriptos de merito na lingua portugueza – como por dever-mos essa homenagem á nossa Patria, e fazer-mos assim tambem hum serviço ao Paiz em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa.

A citação que abre essa seção faz parte do documento GPL 1 e representa a deliberação estabelecida pela diretoria em firmar rigidamente o critério para escolha e seleção dos livros que comporiam o acervo. Para perceber de maneira clara as palavras desse texto há que compreender o contexto de produção desse discurso, seu lugar de fala.

Mendonça (2010, p. 26), baseando-se em Courtine e Orlandi, sugeriu que “as condições de produção de um discurso tem a ver com as condições sócio-históricas e culturais em que os discursos são constituídos, assim como a forma pelo qual se apresentam e onde se apresentam”.

O Rio de Janeiro da década de 1830 era uma sociedade de corte recém-independente e com o desejo de apagar os arquétipos portugueses, representações de atraso e da época colonialista.

Além de sua significativa importância cultural, a cidade do Rio de Janeiro, naqueles primeiros anos da Independência, como a maior parte do Brasil, “não mais cultivava as tradições lusas, e, muito pelo contrário, procurava erradicar a influência metropolitana” (Martins, 1990, p. 35). O ensino da língua francesa crescia, assim como o gosto por seus autores. Restam poucas dúvidas de que o critério *magno* de seleção, isto é, o privilégio ao idioma português, espelhava o desejo dos fundadores do GPL em reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]” (Martins, 1990, p. 35). Buscaram não somente criar uma Instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula.

O emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro desse período encontrava poucos lugares onde poderiam usufruir o que era editado em seu país⁸.

Nas palavras do então presidente José Marcelino da Rocha Cabral é notório que “colligir as obras e manuscriptos de merito na lingua portugueza” seria uma empresa necessária para concretizar os objetivos de manter os vínculos culturais com Portugal. Os critérios que doravante empregariam para a composição do acervo espelham a necessidade de afirmação da ilustração e cultura lusitana⁹. Desta maneira, segundo Carvalho (1999, p. 117) o “livro foi [...] utilizado como um dos principais instrumentos no resgate da memória construída pela colônia portuguesa”.

É pouco provável que a expressão “obras portuguezas” refira-se apenas ao idioma e não também a assuntos como literatura e história que possuem representantes na cultura lusa. As “obras e manuscritos de merito na lingua portugueza” estavam representados, obviamente e, sobretudo, nas áreas da Literatura e História, o que faz com que a menção ao assunto fique subentendida aos membros do GPL. Esse aspecto poderia configurar uma forma de “manter viva a chama da cultura e da literatura portuguesas em uma das cidades mais significativas política e culturalmente [...]” (Carvalho, 1999, p. 108).

Como consequência do francesismo, a literatura lusa era alijada e havia um movimento de dissociá-la da nossa, pois “pouco cultivados eram então os literatos portugueses” e “até mesmo a literatura [brasileira] deixava de ser um reflexo das letras portuguesas [...]” (Martins, 1999, p. 36). Sob essa configuração as palavras do GPL 1 assumem um significado de posicionamento de opinião:

[...] colligir as obras e manuscriptos de merito na lingua portugueza – como por dever-mos essa homenagem á nossa Patria, e fazer-mos assim tambem hum serviço ao Paiz em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa.

A diretoria do GPL foi extremamente rigorosa em manter firme a decisão da escolha para língua portuguesa. São inúmeros exemplos que encontramos na documentação compulsada.

A *Ata* de 6 de fevereiro de 1845 revela alguns detalhes sobre o início das negociações para a compra do terreno para construção do edifício próprio do Gabinete.

8 Acerca dos perfis da emigração portuguesa no Rio de Janeiro no período tratado, sugerimos AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura: 1837-1847. *Rev. Ci. Inf.*, Brasília, v. 37, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1039>. Acesso em: 12 ago. 2011.

9 A respeito da imagem do emigrante português, o artigo de Heloisa Paulo, da Universidade Fernando Pessoa (Porto), *O emigrante e a leitura: a colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações*, oferece boa elucidação, assim como os artigos abordando o mesmo tema de Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em especial *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*.

Por medida de contenção de despesas a diretoria deliberou que fosse suspensa a compra de livros, aplicando um critério ao especificar “com excessão a livros portugueses antigos e outros a ponderar” (GPL, 6 fev. 1845).

Em 1848 o periódico da corte, *Íris*, relata a situação do acervo do GPL. Quem escreve o texto nos fornece uma informação preciosa ao mencionar que é grande a presença de “litteratura classica portugueza”, o que ilustra concretização dos critérios elaborados pela comissão de seleção composta em 1837:

[...] vulgarizou se o gosto da leitura, que tem ido n’um espantoso augmento progressivo; e os recursos bibliographicos vão também crescendo, em proporção com as necessidades intellectuais. Ornam aquellas estantes centenas de livros raros, preciosos ou úteis, *mormente da litteratura classica portugueza*, que virá, com o tempo, e se continuar com igual fevor, a ter alli um de seus mais opulentos repositórios. A litteratura (especialmente franceza e latina) esta alli dignamente representada, com os auxílios que aquella livraria offerece (Iris apud Schapochnik, 1999, p. 114, grifo nosso).

Para o historiador Nelson Schapochnik, a relação da formação do acervo do GPL com a identidade da Instituição é muito clara: “Seria de estranhar que os membros deste espaço de leituras e sociabilidades fundadas na sagração da cultura portuguesa optassem pela formação de uma biblioteca que não contemplasse o caráter identitário da instituição” (Schapochnik, 1999, p. 105).

Nesse sentido, nossas reflexões sobre a constituição do acervo e as teorizações de Namer (1987) tomam forma. O autor considera que o catálogo de biblioteca é o reflexo de escolhas, e nenhuma escolha jamais será inocente, por isso é um espaço de memória seletiva. O autor ao tecer esses comentários refere-se às bibliotecas nacionais, que possuem, em sua maioria, a missão de “salvaguardar a memória nacional”. Sob uma abordagem halbawchiniana, para Namer (1987) a biblioteca é um local de memória porque abriga memórias coletivas, que são os livros.

O conceito de *mémoire virtuelle* é um dos mais marcantes de Namer em *Mémoire et société*. Ele pensa a biblioteca como espaço acumulativo de memória social pela guarda de livros que representam produções que trazem em si a memória coletiva de uma época e passam a se configurar como “lugar de memória”. A “memória virtual” transforma-se quando o leitor acessa o livro, esse guardião da memória coletiva, o contato dessa com a formação e memória do consulente torna a memória virtual em social.

Outrossim, vemos em Namer (1997) uma possibilidade de entender uma das possíveis intencionalidades de criar uma espaço de leitura e não simplesmente uma associação ou grêmio. Para ele, a biblioteca pode ser representada pelo binômio poder/saber.

Nessa sequência, consideramos que o critério de seleção estabelecido pelo GPL e a forma rigorosa como foi acompanhado podem ser identificados como uma forma de controle para manter a memória cultural portuguesa.

A nação portuguesa das primeiras décadas do século XIX ainda se recuperava da catástrofe de 1750, da invasão napoleônica, da vinda da corte de D. Maria I para o Brasil. Já na década de 1820, houve a perda de uma das suas mais importantes colônias e na sequência o temor pela volta de um governo absolutista e uma quase guerra civil com a Revolução Porto. Todos esses acontecimentos causaram um esmorecimento e levaram os lusos a uma perda de confiança em si e no Estado. Foi uma época na qual a rememoração do passado glorioso esteve presente em muitos discursos.

Assim, os restos de memória (Nora, 1993) presentes nos livros com as narrativas quinhentistas tornaram-se meios de recuperar dialética e pedagogicamente o sentimento de continuidade entre o passado e uma época com muitas instabilidades políticas e sociais. No sentido halbwachiniano os livros do acervo do GPL, com a história de Portugal, também significam cristalização de uma memória social de lembranças que não subsistem.

Os lugares de memória são lugares de rememoração individual e coletiva. Nossa análise nos conduz a perceber essa intencionalidade ao estabelecerem o critério na língua portuguesa como constituição identitária frente ao francesismo que imperava no Brasil e em certa medida em Portugal – como Eça de Queirós criticará em alguns de seus romances.

Portanto, ainda sob a perspectiva analítica de Namer (1987), os livros em língua portuguesa eram representantes de uma memória cultural que queriam manter em solo estrangeiro. Não causa estranheza que os primeiros livros doados foram justamente os quinhentistas. Esses impressos guardam em si a memória de uma época gloriosa em Portugal, representam tanto pelos autores, como pelos assuntos e objeto tipográfico um monumento/documento, exatamente dentro do conceito estabelecido por Le Goff (2003).

Diante da ambiência na cidade do Rio de Janeiro, à época da fundação do GPL, e da situação política que o grupo fundador deixou em Portugal, percebemos no critério estabelecido uma forte intencionalidade de preservar uma memória que se queria apagar pelos brasileiros.

Para nós, hoje em dia, ao olharmos o prédio do GPL, fica claro a representação da memória portuguesa. Pela análise que já realizamos no *corpus* de pesquisa, sobretudo nas *Actas do Conselho Deliberativo*, percebemos a intencionalidade para que a escolha do projeto do prédio fosse uma representação de Portugal. O fato de escolherem uma arquitetura que rememorava o desenho do Mosteiro dos Jerônimos – construído como marco das glórias do período das Grandes Navegações – denota essa intenção. Além do traço arquitetônico, feito por um português, a escolha do Lioz¹⁰ – pedra dos grandes monumentos portugueses – reforça o desejo rememoração.

O prédio sede representou um momento fundamental para a memória institucional e que, então, há de se supor que este prédio traga nos traços físicos-arquitetônicos e na

¹⁰ Tipo de calcário encontrado em Lisboa e nos arredores.

constituição do acervo marcas que apontem para Portugal, lançando as bases, aqui no Brasil, de um lugar de memória português.

Se o acervo fora formado “no intuito da sua illustração, da illustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria!” (Relatório, 1837, p. 10-11), a construção do prédio¹¹ em estilo neomanuelino deixou a marca indelével da memória lusitana no Rio de Janeiro. Todavia, se o prédio constitui-se num espaço de memória importante, muito antes dele, pelo acervo o GPL já havia consolidado seu caráter identitário e forjado sua biblioteca como um local de memórias, de acordo com as ponderações teóricas de Namer (1997).

E isso ficou tão sedimentado ao longo dos anos que o governo português, pelo Decreto nº 25.134, de 15 de março de 1935, tornou o GPL depósito legal de tudo o que é publicado em Portugal.

A “forma reconhecível” no Real Gabinete Português de Leitura

Nas seções anteriores trabalhamos com os conceitos de instituição e grupo para perceber de que maneira os fundadores do GPL utilizaram como estratégia para o estabelecimento de uma identidade lusa o acervo, reflexo da memória coletiva portuguesa. A seguir, sob o alicerce do conceito de “forma reconhecível” de Mary Douglas, tentaremos compreender como o GPL construiu-se e se sedimentou como local de memória portuguesa a partir da formação do acervo.

Partimos do pressuposto de que há três categorias que convergem para sedimentar o caráter identitário português ao GPL, no período que estamos tratando. São eles: a condição de ser português para pertencer à Instituição (até um período específico); a arquitetura (a partir da década de 1880) e o acervo bibliográfico.

Berger e Luckmann (2006, p. 80) consideram que:

As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.

Como foi tratado anteriormente, percebemos ao perquerir a documentação do GPL – sobretudo a produção discursiva – que houve mecanismos que primaram pelo controle tanto dos indivíduos quanto da estrutura organizacional da Instituição. No que respeita ao primeiro controle vimos como exemplo um processo de entendimento de que pela

¹¹ Em nossas pesquisas localizamos em 2006 um grande conjunto de documentos manuscritos que podem colaborar para entender todo o processo de construção desse prédio, desde a ideia, passando pela escolha de materiais e dos construtores até a inauguração.

cultura e pela formação da uma biblioteca iriam mostrar que perteciam ao movimento – suscitado por ideias Iluministas – para a expansão das Luzes. Como cidadãos egressos das academias europeias não poderiam ficar alheios a isso. Se inicialmente houve uma parte do grupo que era mais favorável ao estabelecimento de ações filantrópicas e de instrução mais direta com a criação de escola, isso foi resolvido anos mais tarde, nas décadas de 1840 e 1850 com a fundação do Liceu Literário e com a Real e Benemerita Sociedade de Beneficência Portuguesa.

Já em relação ao acervo, a própria deliberação estabelecendo o critério na língua portuguesa foi uma maneira de controlar o projeto de transformar a Instituição num local de memória da cultura portuguesa. Cabe ressaltar que isso era uma estratégia comum entre as bibliotecas associativas estrangeiras que havia na corte do Rio de Janeiro na época.

Todavia, ao contrário das bibliotecas germânicas e britânica que adotaram o idioma menos como elemento de resistência do que uma maneira de prover os concidadãos – que vinham de seus países voluntariamente e sem problemas políticos – de acesso a impressos de modo mais fácil, diante de tudo que foi relatado acerca da ambiência do Rio de Janeiro imperial, é perceptível a estratégia do GPL.

Mary Douglas pondera que muitas instituições, antes mesmo desse processo de estabilização, se fragmentam e entram em colapso.

Qualquer instituição que vai manter sua forma precisa adquirir legitimidade baseando-se de maneira muito nítida na natureza e na razão. Então, ela propiciará a seus membros um conjunto de analogias por meio das quais se poderá explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos, e ela poderá manter sua forma contínua, identificável (Douglas, 1999, p. 116).

No que concerne ao nosso objeto de análise isso só não aconteceu em razão de seus mecanismos de controles e restrições refletidas em rígidas deliberações que se fiavam nos critérios estabelecidos desde o início. Por exemplo, se nos anos de 1860 abriram possibilidade para que brasileiros pudessem ser subscritores, ou seja, pudessem ter acessos ao acervo, não fizeram o mesmo com o conselho deliberativo e cargo de presidente que até hoje se mantém como condição ser português. Apesar das diferenças de época e objeto de análise, vemos nisso o que Stuart Hall (2003) descreve de necessidade de manter o “cordão umbilical” com a pátria da qual são diásporas. Para eles manter esse critério é um meio de manter – ainda seguindo os conceitos de Hall (2003) – a identidade cultural do grupo.

Esses critérios levaram a concessão dos objetivos delineados de maneira que

Decorreu sem desfalecimento o labor dos homens de 1837 e dos que se lhes seguiram na direção do novo instituto. Houve dificuldades, crises, mesmo lutas, mas de tudo triunfaram a dedicação e a pertinácia dos sucessivos

dirigentes e colaboradores do Gabinete. Efectuaram-se aquisições preciosas, receberam-se dádivas magníficas, foi-se organizando o catálogo, tomaram-se louváveis iniciativas culturais, filantrópicas e cívicas (Correia, 1937, p. 197).

Destarte, o GPL como biblioteca e não como um espaço museológico e arquitetônico foi o responsável por toda construção do caráter identitário português que de certo somou-se ao projeto de um prédio que por si rememora Portugal e suas glórias.

Considerações finais

Neste artigo procuramos fazer uma aproximação entre a formação do acervo do GPL com as intencionalidades de forjar um caráter identitário português e transformar a Instituição num lugar de memória da cultura lusa. Para isso utilizamos uma análise em três eixos que nos permitiram compreender o GPL como instituição e como, a partir do estabelecimento do critério de seleção do acervo, assumiu uma forma reconhecível de lugar de memória para os portugueses que viviam aqui e além-mar.

O estudo analítico dos documentos que selecionamos para compor nosso *corpus* de pesquisa soma pistas que revelam como se constituiu a identidade portuguesa no GPL. Ao perquirir certos fragmentos de enunciados desses documentos percebemos que o grupo fundador da Instituição – como membros de uma diáspora – reconhecia que a língua e a literatura de uma nação podem representar lugar de memória, pois são reflexos da memória social.

A formação do acervo do GPL tornou a Instituição num local de referência de cultura lusa muito antes da forma mais visível no prédio em estilo neomanuelino. Tendo passado cinquenta anos aquela reunião na rua Primeiro de Março, o atual prédio sede foi inaugurado em 1887. Na época o GPL já tornara-se estável porque havia construído uma “forma reconhecível” como lugar de memória portuguesa.

A investigação não encerra aqui e com isso não há conclusões, mas pistas que nos levaram a explorar outras facetas do nosso objeto de pesquisa, como por exemplo aprofundar a análise acerca dos elementos identitários associados ao poder que a construção do prédio sede atual teve ou tem. E ainda compulsar nos discursos produzidos pela Instituição como traços da memória social portuguesa se refletiram no *modus operandi* dos emigrantes que fundaram o GPL.

REFERÊNCIAS:

BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Journal do Commercio de Rodrigues & C., 1901.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2006.

BUSINO, G. Grupo. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 125-145, 1999.

CARVALHO, Kátia de. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CORREIA, António Augusto Mendes. Discurso. In: TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 197.

DIAS, Carlos Malheiro. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. Sessão comemorativa do 347º Aniversário da Morte de Camões e do 90º Aniversário da Fundação do Gabinete. Rio de Janeiro, 1927. p. 1-19.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2007.

DURKHEIM, Émile. *De la division du travail.sociale*. (1893). Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/division_du_travail/division_travail_1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2011.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

MARIANI, Bethânia. A institucionalização da lingual, história e cidadania no Brasil do século XIX: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 141-154.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MENDONÇA, Edinamária Conceição. *Imagem especular: visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do Tricentenário de São Luís*. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422.

NAMER, Gérard. Institutions de memoire culturelle. In: _____. *Memoire et société*. Paris: Méridien, 1987. (Collection Societés).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 2008.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. *50º Aniversario: 1887*. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888.

MINICURRÍCULO:

Bibliotecário. Professor auxiliar de História do Livro e das Bibliotecas do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro. Bolsista da Fundação Biblioteca Nacional. Membro do Polo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras do Real Gabinete Português de Leitura. Participou como pesquisador em projetos e publicações, além de projetos relacionados à preservação e conservação documental e biblioteconomia de acervos raros. Possui experiência em análise e descrição de manuscritos e livros dos séculos XVI-XIX. Tem artigos publicados em periódicos da área de biblioteconomia. Trabalhou como bolsista PCI, no Museu de Astronomia e Ciências Afins, onde integrou grupo de pesquisa sobre gestão de conservação em acervos bibliográficos.